

06/11/2018 09:10 - Secretário adjunto da Sedam é um dos presos em ação policial

O secretário adjunto da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), Osvaldo Luiz Pittaluga, foi preso durante a operação "Pau Oco", deflagrada pela Polícia Civil de Rondônia nesta segunda-feira (5).

Além dele, outros três servidores do órgão alvo da ação seguem detidos em prisão temporária. Conforme as investigações, eles estariam envolvidos em uma organização que cometia crimes contra a administração ambiental.

Procurado, o advogado de Pittaluga, Ernandes Segismundo, informou que, até o momento, a polícia não esclareceu qual seria a acusação contra ele. Disse também que Osvaldo é inocente, não cometeu nenhum crime e que vai aguardar o esclarecimento do secretário adjunto à polícia, bem como a possível liberação, caso a prisão não seja convertida em preventiva.

A assessoria do governo disse que o secretário da Sedam, Hamilton Santiago Pereira, comunicou que, por enquanto, não vai se pronunciar até estar ciente do caso.

Houve, ainda, o cumprimento de 15 mandados de busca e apreensão e 10 de afastamentos de função pública.

Essa é a primeira etapa dos trabalhos de investigação que vêm sendo realizados pela Delegacia de Repressão as Ações Criminosas Organizadas de Cacoal (Draco/Interior), em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco/RO) e o Ministério Público de Rondônia (MP/RO).

Desdobramentos

Conforme a diretora da Polícia Civil, Valquíria Boaventura, as investigações começaram há pouco mais de quatro meses, visando apurar um esquema de extração ilegal de madeiras, sem qualquer verificação prévia em áreas florestais de jurisdição estadual. Os locais de origem da retirada da madeira ainda estão sendo mapeados pelas equipes.

Segundo a Polícia Civil, os servidores faziam parte ou chefiavam uma organização criminosa e são suspeitos de lavagem de capitais, crimes contra a administração ambiental e falsidade ideológica.

As ações da organização envolviam lançamentos de informações falsas em documentos e sistemas públicos, bem como tomadas de decisões administrativas que iam contra a legislação.

O conhecimento sobre as fraudes aconteceu após a Polícia Civil realizar operações em reservas estaduais, no Vale do Jamari, em 2017. Na região, os policiais identificaram e entenderam as formas de ilegalidades na concessão de licença.

Durante a ação, os agentes recolheram documentos e o possível cronograma seguido pela organização criminosa. Nas buscas também foram apreendidos mais de R\$ 100 mil em espécie.

O próximo passo da polícia, agora, é ampliar os nomes dos envolvidos e analisar toda a documentação apreendida.

Fonte: G1 RO